ESPECIAL

jornal fêmea

CFEMEA

Centro Feminista de Estudos e Assessoria • Ano XV • Nº 178 • Brasília/DF • Dezembro • 2014
SCS Quadra 02, Bloco C, Sala 602 • Ed. Goiás • CEP 70317-900 • Brasília/DF

Um novo ciclo

25 anos após sua fundação, o Cfemea encara o desafio de transformar suas estratégias de luta

25 anos CFEMEA movimento e transformação

Que venha o novo!

*Por Guacira Cesar de Oliveira**

Querid@ leitor@,

A partir de 2015, nós do CFEMEA, decidimos orientar a nossa organização à sustentabilidade do ativismo. Estamos concluindo um ciclo de atuação (de 25 anos!) e abrindo outro. Neste sentido, lhe oferecemos esta que é a última edição do Jornal FÊMEA. Última, porque o novo ciclo vai demandar outra comunicação, com mais intercomunicação, interação. O foco da ação do CFEMEA, daqui por diante, vai estar nas ativistas e não mais no Estado.

Queremos compartilhar com as mulheres ativistas, militantes e feministas o nosso caminhar. Oferecer e disponibilizar os nossos aprendizados para a apropriação coletiva. Oportunizar diálogos, articulações e ações coordenadas, para afirmar a liberdade, os direitos e a autonomia de todas as mulheres. Nos últimos anos, enfrentamos grandes obstáculos na busca da sustentação financeira do CFEMEA e do nosso jornal, bem como na resistência à ofensiva conservadora. Tivemos de ser criativas. Durante 2014, o CFEMEA veio num processo de reinventar-se. A reflexão sobre a experiência das duas últimas décadas; o reconhecimento e a valorização dos saberes e ações coletivas; o balanço do que conquistamos e os desafios futuros, confirmaram a nossa certeza: as conquistas que mudaram a vida das mulheres têm a ver, fundamentalmente, com as lutas feministas e antirracistas que fomos capazes de sustentar!

Um novo ciclo está se abrindo no CFEMEA, uma transmutação. Para tanto, ousamos criar novas formas de nos organizar e novas estratégias para lutar. Uma criação que almeja intensificar esse momento tão fecundo do ativismo das mulheres, evidenciado no surgimento de coletivos, iniciativas artivistas, em tanta movimentação e protesto pelas ruas e na internet, nas comunidades virtuais, nos diversos blogs feministas e de mulheres negras, além dos grandes movimentos nacionais de mulheres.

Continuamos na luta, e sabemos que a política sempre exige muito de cada pessoa: dedicação, tempo, conhecimento etc. E no atual contexto brasileiro, exige ainda mais. Com a ofensiva conservadora, o crescimento da onda dogmática e fundamentalista, o modelo desenvolvimentista injusto e predatório sustentado pelo Estado, a criminalização dos movimentos sociais, o crescimento de todo tipo de violência, do racismo, homo/lesbo/transfobia, todos esses elementos ameaçam severamente os avanços até agora alcançados e exigem maiores esforços da militância para resistir aos retrocessos que tentam nos impor.

Frente a tamanhos desafios, precisamos nos fortalecer. Queremos resgatar a dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas. Criar laços, atados em reconhecimentos mútuos e na reciprocidade do cuidado; que ofereçam segurança, promovam o acolhimento, oportunizem o compartilhamento de saberes e a fruição do prazer. Vínculos que gerem aprendizados, crescimento e transformação pessoais, melhores condições para curarmos as feridas que a dominação, a exploração e a violência produzem no corpo e na alma da gente. Laços fortes, que unam cada ativista às construções coletivas e movimentistas para despatriarcalizar, desracializar, descolonizar o poder.

Há mais de 4 anos, propusemos e viemos investindo na estruturação da Universidade Livre Feminista. Agora, queremos consolidá-la como uma organização de novo tipo, construída de forma coletiva e colaborativa, em parceria com o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e com a Cunhã – Coletivo Feminista, para fomentar ações educativas, culturais, artísticas; produzir conhecimento e compartilhar saberes acadêmicos, populares e ancestrais, numa perspectiva contracultural feminista, libertária, antirracista e anticapitalista.

Já sabemos que as ativistas que mobilizam as lutas são a força motriz de todas as conquistas. Por isso, estamos colocando o ativismo (e as ativistas) no 'centro' da nossa estratégia para a transformação social e radicalização da democracia.

Acreditamos que construímos vínculos preciosos, de identidade e afeto, entre nós (que elaboramos e fizemos circular as 178 edições do FEMEA) e você, que acompanhou o nosso jornal. Nos despedimos, esperando encontrá-l@ em outros canais de intercomunicação e contar com a sua colaboração na abertura do novo ciclo. Desejamos um Ano Novo abundante em energia, ousadia, combatividade, amorosidade, saúde, paz ... !!!

**Guacira Cesar de Oliveira é socióloga, integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e e da Coletiva Dinamizadora da Universidade Livre Feminista.*

CFEMEA

SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602, Ed. Goiás
CEP 70317-900 • Brasília-DF
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico:
imprensa@CFEMEA.org.br
Sitio: http://www.CFEMEA.org.br

Conselho Deliberativo:
Eliana Graça, Gilda Cabral,
Iáris Ramalho Cortês e Zuleide Araújo.

Conselho Fiscal:
Ivônio Barros, Elaine Marinho Faria,
Eneida Vinhaes Dultra,
Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira.

Colegiado de Gestão:
Guacira Cesar de Oliveira, Mirla de Oliveira Maciel e Nina Madsen.

Demais integrantes da equipe:
Adriano Fernandez Cavalcante, Débora Vaz,
Francisco Rodrigues, Jolúzia Batista, Leila Rebouças,
Masra Andrade, Nadja Dulci, Priscilla Caroline Brito
e Fernanda Rosas Pires de Sabóia.

Colaboradoras:
Guacira Oliveira, Iáris Cortês, Jolúzia Batista,
Nina Madsen e Patrícia Rangel.

Jornalista Responsável:
Débora Vaz

Parcerias:
Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford, ONU Mulheres.

Apoio: FLOW - Funding Leadership and Oportunities for Women
Dutch Development Cooperation Ministry of Foreign Affairs

Projeto gráfico: Faro Brasil

Diagramação: Ars Ventura Imagem & Comunicação

Impressão: Gráfica Positiva
Tiragem: 12.000 exemplares

Marlene, Malô, Gilda, Iáris e Guacira

Ativismo coletivo

25 anos de desafios, lutas, amizades e construção coletiva! Gilda Cabral, Iáris Cortês, Guacira Oliveira e Malô Simões Lopes falam sobre o feminismo do Cfemea, suas conquistas e as transformações que ainda estão por vir!

Gilda Cabral

Orçamento pela igualdade

Almejávamos, além de tudo, democratizar os espaços de poder, queríamos que os cidadãos e cidadãs pudessem ter condições de acompanhar os gastos públicos, incidir, influir nas decisões para efetivar políticas públicas que promovessem a inclusão e igualdade entre as pessoas, assegurassem direitos

O nosso trabalho com o Orçamento Mulher mostrou que os números têm sexo. Mostramos também que o orçamento não tem nada de ficção, temos que encará-lo como instrumento político.

Por nós e pela outras

No Cfemea consegui espaço para transmitir e compartilhar o que eu aprendi, o meu saber, várias vezes. O Cfemea fez a diferença no que diz respeito aos direitos das mulheres porque o que conseguimos em nível de leis faz uma diferença enorme para mulheres que existimos.

Iáris Cortês

Feminismo: preconceito e transformação

Eu acho maravilhoso quando vejo mocinhas encarando o feminismo como uma forma de vivenciar o mundo, se declarando feministas. O movimento feminista sempre teve inimigos, ainda hoje, muitas mulheres que são muito avançadas, se dizem não-feministas. Tem muita gente que acha o nome "feminista" algo pejorativo, é uma pena.

Cfemea ainda mais próximo das mulheres

O Cfemea sempre cutucou a ferida. Durante 25 anos cutucamos o Congresso Nacional, depois começamos a cutucar o Executivo com o Orçamento Mulher, e agora vai cutucar as mulheres para que elas se apoderem dessas conquistas e façam valer seus direitos! Estou realizando o meu sonho de me aposentar e ver o Cfemea continuar e mudar de roupagem e foco, porque nesses 25 anos nós construímos muito! A partir de agora, o Cfemea vai estar mais próximo das mulheres do que nunca, pois antes, estávamos preparando o contexto político para as mulheres, agora nós vamos preparar as mulheres.

Malô Simões Lopes

Transformação

Claro, mudar é difícil, tudo o que a gente vai enfrentar que for novo, nos dá uma certa preocupação, soa muito melhor ficarmos no que já é conhecido. Por outro lado eu acho que as mudanças são grandes oportunidades de aprendizado e de crescimento, e é com esse espírito que eu vejo a mudança do Cfemea.

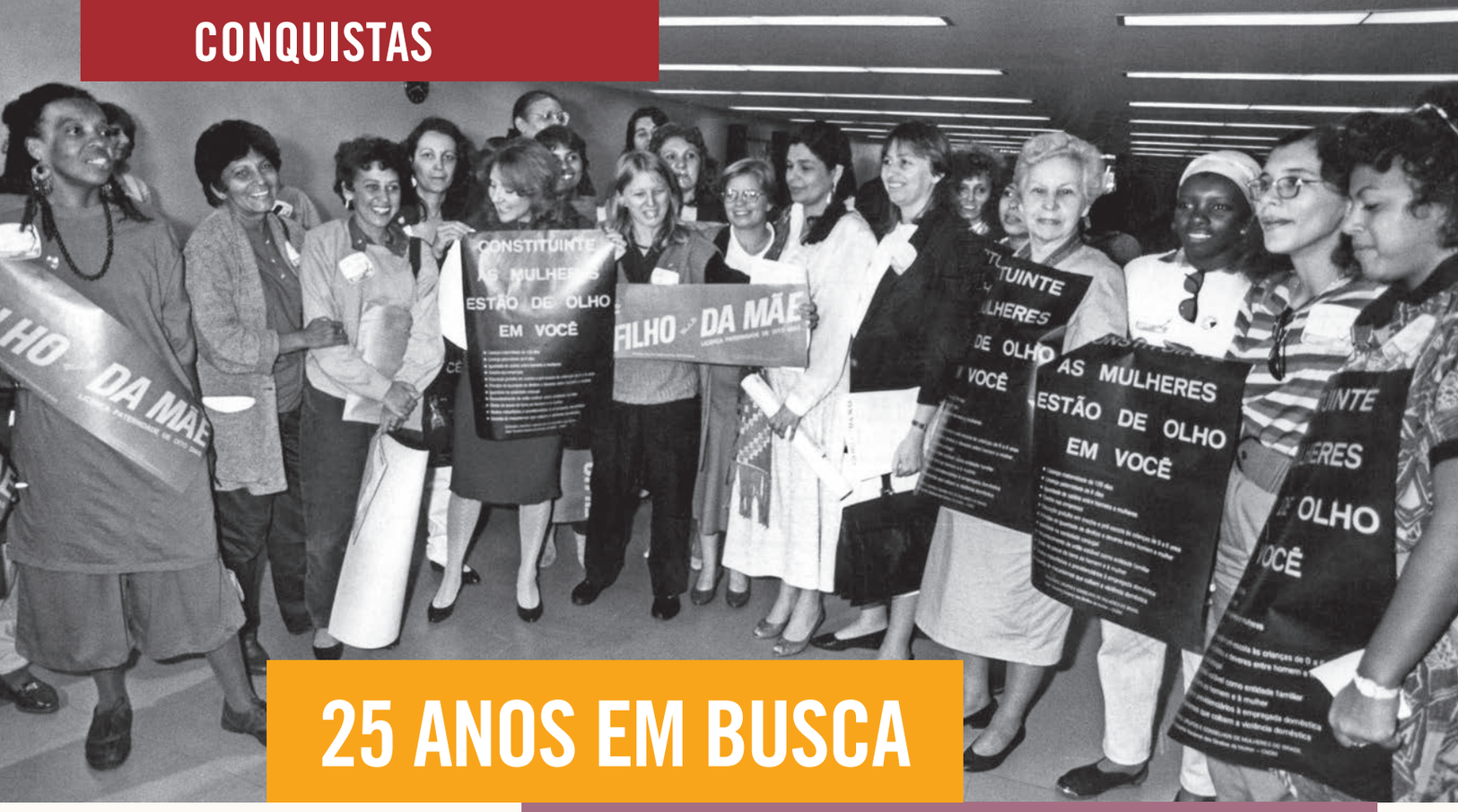
Guacira Oliveira

Confiança coletiva

A expectativa de quando vim pra cá era de fazer crescer aquilo que tínhamos conseguido plantar com a retomada do processo democrático, com a luta das mulheres na Constituinte, enfim, essa foi a emoção forte que fazia a gente vibrar com muita esperança, alegria, ousadia, e com muito amor, porque o Cfemea tinha essa coisa de confiança, lado-a-lado e amizade!

Sentido à existência

Para mim o Cfemea é uma construção de um grupo de feministas para lutar pelos direitos das mulheres, um lugar que a gente sustenta para que cada uma possa se dedicar àquilo em que acreditamos, àquilo que achamos justo e àquilo que dá sentido à nossa vida, à nossa existência. O Cfemea é a luta pela igualdade e justiça.



25 ANOS EM BUSCA DE IGUALDADE LEGISLATIVA

Por Iáris Ramalho Cortês e Guacira Oliveira,*
com colaboração de Jolúzia Batista e Patrícia Rangel

Muitas conquistas foram alcançadas em termos legislativos, entretanto sabemos que, na prática, nem tudo está sendo cumprido e implementado.

Passadas quase 3 décadas de lutas democráticas (desde a Constituinte até aqui) para garantir a igualdade de direitos, podemos dizer que ultrapassamos aquela situação de cidadãs de terceira categoria a que estávamos submetidas. Uma parte muito importante dessas batalhas foi travada no campo legislativo. O CFEMEA fez parte delas!

Um dos principais motivos da criação do Cfemea foi o desejo de acompanhar a elaboração de leis que viessem a regulamentar as conquistas constitucionais de 1988. Nós, as cinco mulheres que fundamos o Cfemea, nos conhecemos no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), entre os anos de 1985 e 1988, durante a constituinte. Com a mudança de direção do CNDM, tivemos receio de que o processo se estagnasse e tudo que as mulheres conquistaram na Constituição Federal, ficasse apenas como um preceito sem continuidade.

Estava muito forte em nós a emoção vivenciada durante a constituinte, o "lobby do batom", as caravanas de mulheres, as centenas de cartas, bilhetes, telefonemas e telegramas e faxes reivindicando direitos a serem incluídos na Constituição. O período de 1985 a 1988 foi rico para as mulheres. Nunca havia tido tanta harmonia, solidariedade, congraçamento de mulheres no Brasil. Não sei se durante a luta sufragista a participação foi igual. Com certeza foi muito forte, mas não tão participativa, tão abrangente, em termos numéricos, a participação de todas as classes e estratos sociais e de alcance territorial. Durante a Constituinte foram criados dezenas de grupos de mulheres, nas universidades, nas comunidades, por interesse, por localização, por vontade de estar juntas, de participar. Foi um verdadeiro pulular de associações, com as mulheres se sentindo responsáveis pela elaboração da nova Constituição, donas de seus destinos.

Os movimentos de mulheres e feminista, atuando como sujeito político, tornaram possível que as condições que nós mulheres vivíamos na década de 80, ainda mais desigual e violenta, tanto sob a perspectiva de gênero, quanto racial e étnica, não se sustentasse mais pela sua naturalidade. Ao contrário, as razões da constância destas desigualdades e violências, cada uma por seu lado, foram denunciados e os processos que dão sentido à transformação dessas realidades foram sendo engendrados.

Da militância ao profissionalismo:

Até 1992 nosso trabalho era exclusivamente militante, contando com a participação de mulheres especialistas ou ativistas. Falávamos com alguns parlamentares sobre o andamento de projetos e procurávamos levar a opinião do movimento de mulheres para as discussões no Congresso.

Quando em 1992, conseguimos o primeiro financiamento passamos a trabalhar de forma mais profissional. O Cfemea foi credenciado como entidade do movimento social representativa do movimento de mulheres para acompanhar os trabalhos legislativos junto à Câmara dos Deputados em 1993 e junto ao Senado Federal em 1994.

Saúde da mulher:

Em 1984, foi implantado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), cuja comissão de elaboração contou com a participação de duas feministas, a médica Ana Maria Costa e a socióloga Maria da Graça Ohana, que estavam em consonância com os anseios do movimento de mulheres. O programa deixou de ver a saúde da mulher de forma fragmentada, com ênfase na maternidade e aleitamento, e passou a apresentar a proposta de um tratamento integral, desde a adolescência até a velhice. Do PAISM para a Lei do Planejamento Familiar foi uma questão de tempo.

No que se refere ao direito à saúde, em especial sexual e reprodutiva, desde 1994, não temos uma legislação totalmente submissa às regras da Igreja Católica, como era antes da Constituinte: a Lei do Planejamento Familiar prevê que a esterilização cirúrgica é um direito de mulheres e homens, os contraceptivos e as camisinhas são insumos da política pública; a interrupção da gravidez em alguns casos está normatizada, até o Superior Tribunal Federal ouviu vários segmentos da sociedade civil e se pronunciou sobre gravidezes de fetos anencéfalos; entre os procedimentos cirúrgicos que o SUS deve oferecer está a cirurgia para a mudança de sexo. Os acordos e pactos internacionais firmados pelo Brasil, desde então, confirmam essa orientação. Mais recentemente, em 2013, o Consenso de Montevidéu, que emergiu da 1ª Conferência Regional da América Latina e do Caribe sobre População e Desenvolvimento, é um marco relevante dessas lutas feministas e antirracistas.

Mulher trabalhadora

As camponesas, pescadoras, trabalhadoras avulsas conseguiram colocar na legislação sobre a Previdência Social novos direitos para as seguradas especiais, entre os quais destacamos o salário maternidade e a licença gestante. As diaristas e empreendedoras individuais, e todas aquel@s que adotam crianças podem exercer este direito. Ainda em relação à maternidade e às crianças, outro destaque foi a lei que criou o novo FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em 2007, abrindo perspectivas melhores, mas ainda insuficientes, para o financiamento da Educação Infantil (creches e pré-escolas), de modo a desonerar as mulheres da sobrecarga da dupla jornada.

Não estamos mais totalmente à mercê do mercado, sem proteção social nenhuma para o trabalho das mulheres. Destaque maior de tantos anos de luta para as trabalhadoras domésticas, que conseguiram, com a PEC 72 de 2013, finalmente mudar a nossa Constituição!

A mulher como trabalhadora foi beneficiada após a constituinte, entre outras, pela Lei nº 8.861/94 - de 25/03/94, que garantiu a licença-gestante às trabalhadoras urbanas, rurais e domésticas e o salário-maternidade às pequenas produtoras rurais e às trabalhadoras avulsas. Foi aprovada depois de ampla mobilização da categoria. (Com o veto presidencial ao artigo 1º, que alterava a CLT, a regulamentação da licença-gestante proposta no projeto limitou-se à previdência social).

No mesmo ano tivemos a Lei nº 8.921, concedendo licença à trabalhadora em caso de aborto espontâneo.

Outra lei muito importante para as mulheres trabalhadoras e que foi muito articulada no movimento e pela sua autora, a Deputada Benedita da Silva, foi a Lei nº 9.029/95 - de 13/04/95, que proibiu a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da Relação Jurídica de Trabalho.

Família e direitos civis

Se até o final da década de 80, só se reconhecia e se garantia proteção a um tipo de família, de lá para cá, as questões relacionadas às leis, as decisões judiciais, as políticas e os serviços públicos mudaram muito e já reconhecem a existência de várias formas de família. O reconhecimento da união estável,

ainda em 1996, tirou da total desproteção do concubinato milhões de mulheres brasileiras. Na década seguinte, as decisões judiciais relacionadas às famílias homoafetivas avançaram, cada dia mais, para assegurar o direito à herança, sucessão e adoção.

Luta antirracista

Para enfrentar o racismo, que torna ainda mais dura ainda a luta das mulheres por igualdade, todo o debate, a mobilização social e a pressão política em favor das quotas raciais e ações afirmativas foi altamente relevante, evidenciou as injustiças e conquistou acordos internacionais, como o Plano de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, de 2001, leis e normas inéditas na história do nosso país.

Paridade Já!

E por falar em quotas, a lei eleitoral que estabeleceu as cotas de candidaturas por sexo, se não serviu para que as mulheres pudessem dividir os espaços de poder com os homens, sem dúvida, foi instrumento valioso para desmascarar o caráter patriarcal do sistema político, imune a todo tipo de lei, regra, acordo político relacionado a participação paritária das mulheres nos espaços de poder.

Com relação ao avanço da mulher na política, acompanhamos até 1995 a tramitação do projeto de lei da deputada federal Marta Suplicy que se transformou na Lei 9.100 e que previa uma cota de 20% para mulheres como candidatas nos partidos políticos. Posteriormente a Lei 9.504 elevou esta cota para 25%, para as eleições de 1998, e 30%, a partir das eleições seguintes em eleições proporcionais (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) para o sexo minoritário (na prática, para as mulheres).

Mas as cotas só foram cumpridas nas eleições municipais de 2012, quando, pela primeira vez, os partidos respeitaram a lei devido à minirreforma eleitoral de 2009 e às ameaças da Justiça Eleitoral de impugnação de candidaturas masculinas com vistas a manter a proporção 30%-70% exigida por lei (em 2012, tivemos 30,3% de candidatas a todos os cargos, percentual semelhante ao de 2014), mas o número de eleitas permanece irrisório. Por isso os movimentos de mulheres concluíram que só a Reforma do Sistema Político pode superar a exclusão das mulheres nos espaços de poder e garantir a paridade.

Nem putas, nem santas: mulheres!

A área penal foi contemplada com várias legislações, das quais destacamos a Lei nº 8.930/94 - de 06/09/94, que inclui o estupro no rol dos crimes hediondos, a Lei 10.224/2001 que diz ser o assédio sexual um tipo de crime, cria o disque-denúncia, como um instrumento para coibir a violência contra a mulher, pela Lei 10.714/2003 e a exclusão dos termos "mulher honesta"; e "mulher virgem" (Lei 11.106/2005) do nosso Código Penal.

Pelo fim da violência contra as mulheres!

Do ponto de vista da violência contra as mulheres, tivemos sim avanços super relevantes. Desde o reconhecimento na Constituição de que o Estado deveria assegurar proteção contra a violência doméstica até a promulgação da Lei Maria da Penha houve mudanças substantivas sobre a responsabilidade do poder público no enfrentamento da violência contra as mulheres. Uma evidência inequívoca neste sentido são todos os serviços e milhares de servidores públicos, municipais, estaduais e federais, trabalhando em delegacias da mulher, centros integrados de referência para as mulheres, juizados especiais, por força desta Lei.

A maior conquista na área penal foi sem dúvida a promulgação da Lei nº 11.340/2006, de combate à violência doméstica, Lei Maria da Penha. Depois de vários anos de discussão com o movimento de mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) entrou na articulação e o Executivo apresentou o projeto ao Congresso Nacional. No Congresso, o PL foi objeto de várias audiências públicas em todo o território nacional, com a participação em massa do movimento de mulheres.

Enfrentamento aos retrocessos

Com estes exemplos de legislações conquistadas, temos para acrescentar outras ações que foram importantes para as mulheres, e que impediram o retrocesso de conquistas. Uma das mais antigas é a batalha quase campal que vez por outra temos que enfrentar para impedir o termo "direito à vida a partir da concepção", no texto constitucional. Em 1995, travamos uma luta contra a aprovação da PEC 25/1995 que garantia a "inviolabilidade do direito à vida", do "arqui-inimigo das mulheres", Dep. Severino Cavalcanti - PFL/PE.

No ano passado, a presidenta Dilma Roussef sancionou, sem veto, e a contragosto da bancada cristã da Câmara dos deputados, o PL 12.843/13 que garante atendimento às vítimas de violência sexual, no Sistema Único de Saúde (SUS), com especial atenção para a administração da pílula do dia seguinte e para o acesso à informação sobre a decisão do aborto legal para gravidez resultante de estupro. O mais preocupante é que existem pelo menos três PLs que pedem a revogação desta lei.

Uma perda amarga para nossa luta em 2013 foi, sem dúvida, a aprovação do PL Nº 478/2007, que institui o "Estatuto do Nascituro", em que os conservadores reposicionaram a "defesa da vida".

Sabemos que o perigo do retrocesso ainda hoje paira no ar, como um possível "tufão" sobre o sonho de ver a legislação sobre o aborto ser mais flexível para as mulheres. Neste sentido já tivemos avanços, não em termos legislativos, mas por Decisão do Supremo Tribunal Federal - ADPF 54 QO / DF - Distrito Federal, que julgou no sentido de não ser considerado crime a interrupção da gestação de feto anencefálico.

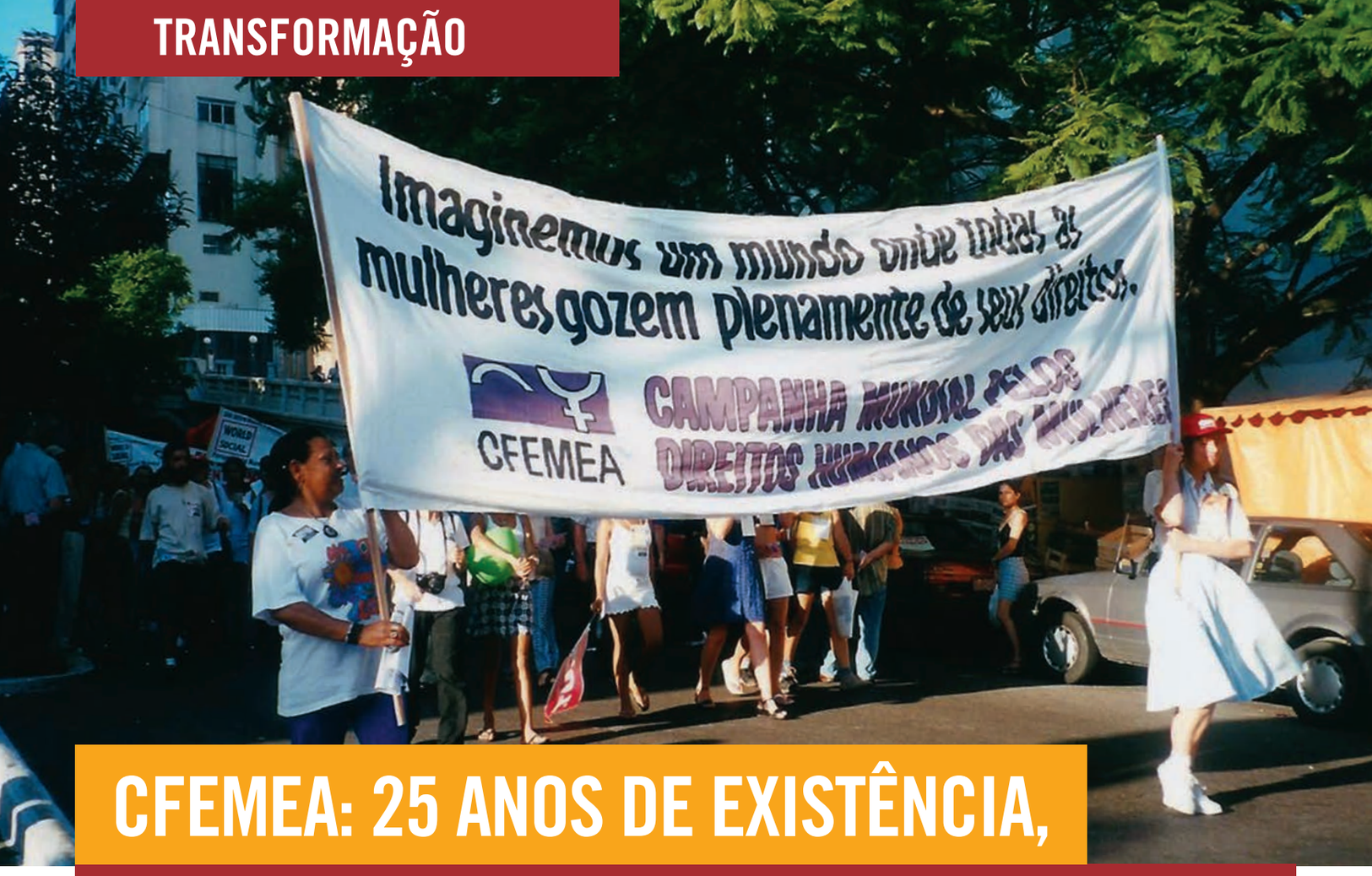
Quem esteve na luta, como o CFEMEA, não se ilude, sabe que a conquista de direitos não é processo que tem se desenvolvido de maneira linear e progressiva. Pelo contrário, as ameaças aos direitos das mulheres, foram e continuam sendo ferozes e, agora, ainda mais ameaçadoras. Os interesses do capital prevaleceram na Reforma da Previdência e, entre outros resultados negativos, aprovaram o fator previdenciário, que atingiu as mulheres trabalhadoras de maneira absolutamente injusta.

O crescimento do conservadorismo religioso no Parlamento é altamente reacionário, autoritário. No campo legal, o exemplo mais nefasto desse processo constante de arruinamento da fronteira entre Estado e Religião se evidencia na aprovação do Acordo Brasil Vaticano, em 2010. É fato que o campo anti-direitos avança no Legislativo para derrubar essa fronteira, com a o Estatuto das Religiões, a Bolsa Estupro, a Cura Gay e várias iniciativas para a maior criminalização das mulheres pela prática do aborto, entre tantas outras desse naipe.

Enfim, se tanto construímos para a igualdade e para a democratização da democracia brasileira, mais ainda há por fazer, resistir, conquistar para que os direitos humanos das mulheres, a igualdade, a justiça, a solidariedade, a laicidade do Estado, prevaleçam!

Como vemos, muitas conquistas foram alcançadas em termos legislativos, entretanto sabemos que, na prática, nem a metade está sendo cumprida e implementada. Assim, o que o movimento de mulheres precisa urgentemente é levar o que está escrito nas leis, para a vida das mulheres. O Cfemea, como integrante desta articulação de mulheres, tem o dever de participar deste novo desafio, agora que alcançou a idade adulta e possui instrumentos capazes de divulgar o que ajudou a conquistar.

**Iáris Ramalho Cortês é Integrante do Conselho Deliberativo do Cfemea; Guacira Cesar de Oliveira é integrante do Colegiado de Gestão do Cfemea; e Jolúzia Batista e Patrícia Rangel são feministas e colaboradoras do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)."*



CFEMEA: 25 ANOS DE EXISTÊNCIA, de resistência e de luta pelos direitos das mulheres

*Por Nina Madsen e Guacira Oliveira**

Neste 2014, o CFEMEA completou 25 anos de existência, de resistência e de luta pelos direitos das mulheres, pelo fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres, pela garantia de um Estado democrático e igualitário.

Para nós, o momento adquire particular importância, já que nos vemos, como muitas organizações feministas, enfrentando um contexto agravado de crise política, além de obstáculos relevantes do ponto de vista institucional. Estamos diante de muitos desafios, mas também diante da oportunidade de abrir um novo ciclo na história de nossa organização.

Do atual contexto político

Uma das estratégias mais importantes do movimento de mulheres e feminista do qual o CFEMEA faz parte, está voltada, há três décadas, à incidência política sobre o Estado para a garantia de direitos.

Tratamos de enfrentar as estruturas patrimonialistas, patriarcais e racistas que sustentam o Estado brasileiro e o sistema político que lhe corresponde. Investimos no fortalecimento da ação do movimento para exigir direitos iguais na lei e na vida e construir uma sociedade justa e igualitária, defensora dos direitos, da autonomia e da liberdade de todas e cada uma das mulheres.

O CFEMEA e outras organizações feministas são parte desta estratégia e construíram espaços na sociedade civil que contribuíram para a consolidação da democracia no país. As conquistas em termos de cidadania das mulheres neste período foram reivindicadas, disputadas e vêm sendo mantidas pela ação, proposição e resistência estratégica do movimento, apesar e contra a sub-representação das mulheres em todos os espaços de poder e decisão; apesar e contra o patrimonialismo, a violência institucional, o fundamentalismo religioso e outras formas de negação de direitos e apropriação privada dos recursos e do poder públicos.

No entanto, nos últimos quatro anos, diante de um quadro agravado de crises políticas e de financiamento das organizações não governamentais e, em particular, das organizações feministas no país, vimos dialogando, interna e externamente, sobre as conquistas alcançadas até aqui e, particularmente, sobre os desafios que se apresentam para as décadas futuras.

Avaliamos estarmos diante de um contexto político adverso, que ameaça várias conquistas feministas em termos de direitos e políticas públicas para as mulheres, exigindo, por isso mesmo, estratégias e sujeitos políticos coletivos para sustentar a resistência contra os retrocessos que o poder político patriarcal, conservador, fundamentalista tenta nos impor.

A explosão de indignação da sociedade brasileira, observada e vivida por nós no ano de 2013, nos informou sobre o surgimento de novos atores políticos e de novas formas de participar politicamente. Ao explodir, forçou vários deslocamentos, pressionou, gerou novos

desafios políticos e pode, se potencializada, propiciar uma nova onda de democratização.

As respostas às manifestações têm despertado nossa preocupação: observamos atentas e alertas o processo de criminalização dos movimentos sociais e d@s ativistas políticos. Temos acompanhado e acolhido muitas de nossas companheiras no enfrentamento a esses processos e entendemos que o momento nos exige a construção de novas estratégias para a sustentabilidade do ativismo.

Por tudo isso, decidimos pelo reposicionamento de nossa atuação, de modo a intensificar o diálogo com as mulheres e com a sociedade de maneira geral, investindo na construção de um novo repertório de ações e estratégias.

Do horizonte futuro

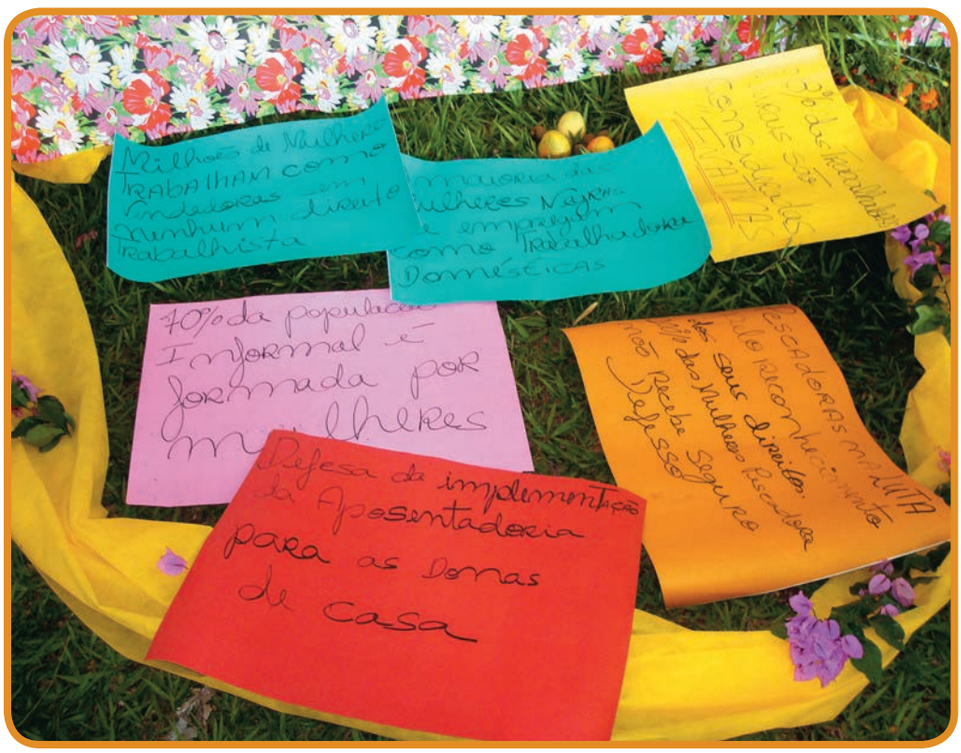
A estratégia central do CFEMEA, entre 2015 e 2017, estará voltada **à sustentabilidade do ativismo** e será desenvolvida em duas linhas de trabalho principais: (i) o apoio à consolidação da Universidade Livre Feminista e (ii) o impulsionamento da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas.

Desde 2010, o CFEMEA vem apostando na **gestação da Universidade Livre Feminista. Até 2017, queremos apoiar a consolidação dessa nova proposta organizativa**, construída de forma colaborativa por mulheres de diferentes identidades e campos de atuação; um espaço para a reflexão e a troca de ideias e de experiências baseadas em práticas políticas e pedagógicas libertárias, transformadoras das e para as mulheres.

A Universidade Livre tem como seus objetivos (i) gerar e impulsionar os processos de produção de conhecimento, aprendizagem e formação livres; (ii) facilitar a conexão entre pessoas, promovendo o intercâmbio de experiências e a sua expressão em diversas linguagens; (iii) fortalecer e colaborar para expandir a criação libertária artística, cultural e política das mulheres que estão na luta por transformação; e (iv) ampliar processos de construção política dos movimentos de mulheres e feministas; de seus pensamentos e de suas lutas.

A formação política – por meio de cursos online, de jornadas de formação na ação e de conferências livres – e a comunicação política – por meio de um portal eletrônico dinâmico e catalizador de encontros e diálogos – são estratégias centrais para a Universidade Livre, que também assume o compromisso com a construção de novos processos e novas formas de organização feminista.

Sublinhamos, em especial, as jornadas de formação na ação, pelas quais articularemos e desenvolveremos processos de transmissão e apropriação da metodologia adotada pelo CFEMEA para o monitoramento do Parlamento e Governo Federal, pelos movimentos (AMB, MEEL, Plataforma DHESCA entre outras). Subsidiando iniciativas coletivas de incidência política a partir das frentes de luta, jornadas, campanhas, comitivas feministas etc, nós contribuiremos para a geração de novas formas de atuação e o fortalecimento de outras/novas interlocutoras frente ao Poder Público.



Também queremos **impulsionar a dimensão política do autocuidado e do cuidado entre as mulheres** como parte da cultura organizativa. Partindo de uma das bases fundantes do pensamento e da ação feminista – o pessoal é político –, consideramos estratégico para as transformações sociais que almejamos que as mulheres de uma maneira geral, e as ativistas em especial, que investem sua energia, seu tempo e, algumas vezes, suas vidas nestas lutas possam viver bem, ter direitos e autonomia para decidir sobre questões íntimas, privadas e públicas.

Neste sentido, avaliamos que o cuidado/autocuidado é central na constituição individual e coletiva das ativistas como sujeitos, que se empoderam, lidam com as adversidades e dão sustentabilidade às lutas por transformação social.

Por isso, pretendemos (i) mapear práticas, metodologias, espaços, pessoas e organizações que desenvolvem experiências para o autocuidado e o cuidado entre ativistas; (ii) desenvolver um marco conceitual e metodológico para alicerçar as ações educativas e realizar encontros, oficinas e atividades específicas em processos formativos e organizativos de ativistas; (iii) construir uma rede de healers (curadoras, terapeutas) para/de ativistas e buscar um espaço físico para instalar uma Casa para os processos de formação, as vivências, o acolhimento, o cuidado/autocuidado para/entre ativistas.

Nosso compromisso com o fortalecimento e a sustentabilidade do movimento feminista é o que nos conduz neste movimento de renovação e na abertura deste novo ciclo. Queremos seguir junto com cada uma de vocês, lutando por mais igualdade e justiça social. Por mais 25!

Nina Madsen e Guacira Oliveira são sociólogas e integrantes do Colegiado de Gestão do Cfemea.

Educação fora dos conformes

O primeiro curso oferecido pela Universidade Livre, "Feminismo com quem tá chegando" teve, em menos de 24 horas, mais do triplo de inscrições do que o esperado. A demanda superou muito a expectativa, mostrando que o interesse pelo feminismo tem se expandido ainda mais nas plataformas digitais. Nesta entrevista, Priscilla Brito, da Secretaria Executiva da Universidade Livre Feminista fala sobre o ousado projeto que se emancipa em 2015.

Como surgiu a ideia da Universidade Livre Feminista?

Ela surgiu em 2009, como resultado de alguns debates sobre as possibilidades para a formação do movimento de mulheres diante de um contexto que era, ao mesmo tempo, de escassez de recursos e desenvolvimento da internet como espaço potencializador das nossas ações. A inspiração veio das Universidades Livres que vários movimentos sociais criaram mundo afora, baseadas numa troca de saberes mais livre e autônoma do que a exigida pelas universidades tradicionais.

Promover essa troca de forma livre pela internet ainda é um desafio, mas estamos empenhadas no desenvolvimento de tecnologias que nos ajudem a enfrentá-lo.

O CFEMEA foi o primeiro lugar da Universidade Livre Feminista. Mas nunca quisemos que fosse "um projeto do CFEMEA". A Universidade Livre precisa ser de todas, precisa do envolvimento de outras organizações e movimentos de mulheres. Por isso, agora temos uma "Coletiva Dinamizadora" que reúne pessoas de diferentes organizações feministas (atualmente a Cunhã - Coletivo Feminista e o SOS Corpo, além do próprio CFEMEA) dispostas a concretizá-la e expandi-la.

Esta é uma ideia muito original e inovadora, o movimento feminista e de mulheres tem recebido bem a ideia?

Sim! Recebemos muitos e-mails de pessoas empolgadas com a Universidade Livre Feminista e muito afim de colaborar de alguma maneira. O fato de estar na internet parece facilitar o acesso de pessoas que de outra forma não poderiam participar de espaços feministas ou dar visibilidade às suas ações.

Achamos que a Universidade Livre tem um potencial incrível para ser um lugar de encontro de vários feminismos, de troca de saberes entre pessoas de diferentes regiões. Todo mundo se empolga quando falamos disso. Acho que estamos trilhando um caminho bacana!

Existe alguma separação entre o "real e o virtual" na Universidade Livre Feminista?

Penso que o fato de estar ancorada na web aproxime a Universidade Livre Feminista de vários coletivos que encontraram na internet um espaço de fala, debate e divulgação de atividades, como as Blogueiras Feministas e as Blogueiras Negras. Mas também sabemos o quanto é importante que a troca também se efetive para além desses espaços, conectando as pessoas e fazendo com que os movimentos que não atuam tanto na internet também tenham espaço e sejam reconhecidos nos ambientes virtuais.

Às vezes, os debates que circulam na internet estão muito distanciados dos movimentos "reais", daqueles que constroem as lutas feministas há muitos anos, ao mesmo tempo que não deixam de ser relevantes para o feminismo como um todo. A Universidade Livre pode criar pontes para que as questões que esses debates trazem gerem reflexão e potencializem a ação de transformação do mundo. Estamos num mundo muito virtual mas querendo criar conexões com o "mundo real" e gerar afetos.

Quais são as principais áreas de atuação da Universidade Livre Feminista?

Não sei se podemos falar em "áreas de atuação". A Universidade Livre faz formação feminista a partir das reflexões da pedagogia feminista sobre como gerar processos de transformação das relações históricas de desigualdade vivenciadas pelas mulheres. Temos, portanto, um compromisso com o fortalecimento do movimento feminista. Entendemos o feminismo como "prática política e pensamento crítico", que tem como centro de sua ação "a instituição das mulheres como sujeito", como diz a Bethânia Ávila, capazes de transformar o mundo e a si mesmas.

Nesse sentido, nós tentamos atuar em tudo o que diz respeito ao feminismo, em todas as suas lutas. Mas achamos que para fortalecê-lo, é preciso pensar em metodologias que incluam o artivismo como forma de expressão contra-hegemônica e que incentivem o cuidado de si entre as militantes. Queremos nos distanciar da educação tradicional, que é muito disciplinadora e atinge corpos e saberes. Queremos algo que liberte, que nos impulsione à ação, e não que nos conforme.

A Universidade Livre Feminista tem alguma campanha?

Nós lançamos a nossa primeira campanha esse ano, como parte da proposta de divulgação dos novos portais da Universidade Livre Feminista. O mote era "O que você aprendeu com o feminismo?" e misturamos contribuições voluntárias de ativistas de todo o país com uma homenagem a feministas que nos inspiram. O resultado ficou muito bonito, ficamos muito felizes com o retorno.

Como colaborar com a Universidade Livre Feminista?

O melhor jeito é acessando os nossos portais de comunicação. Temos um portal de informações (www.feminismo.org.br), o portal de formação (www.universidadefeminista.org.br), uma biblioteca virtual (www.bibliotecafeminista.org.br), um portal de vídeos (www.vimeo.com/tvfeminista) , e a página do facebook (www.facebook.com/universidadelivrefeminista) . Nós estamos sempre colocando neles as informações sobre cursos, campanhas, nossas atividades e as novidades dos movimentos de mulheres,.

As pessoas podem contribuir com sugestões para todos eles, é só entrar em contato pelo email contato@feminismo.org.br.

"Queremos nos distanciar da educação tradicional, que é muito disciplinadora e atinge corpos e saberes. Queremos algo que liberte, que nos impulsione à ação, e não que nos conforme"

Priscilla Brito

Arquivo pessoal

O cuidado entre as mulheres que fazem o movimento e o movimento que transforma o mundo

Por Guacira Oliveira*

O movimento de mulheres e feminista, para mim, como para muitas mulheres, ofereceu e oferece uma experiência libertadora, emancipatória, um lugar de sujeito no mundo.

No movimento, os vínculos que construímos entre nós têm me ajudado (e imagino, que a outras mulheres também) a enfrentar a angústia, a insegurança e a impotência de ser mulher neste mundo cão, onde a regra é a sujeição das mulheres aos homens, d@s negr@s @os branc@s, do nosso trabalho à exploração do capital, do saber à ciência, da sexualidade à ordem heteronormativa, da emoção à razão, do corpo à mente, da natureza ao lucro...

Viver nessa ordem é impossível, insuportável. E subvertê-la não é fácil, todas nós que nos dedicamos a esse objetivo sabemos disso muito bem!

O laço que me liga ao movimento é forte e me sustenta, me deixa mais segura de mim mesma e assim, sigo adiante, tratando dessa subversão: ao mesmo tempo, me transformar e transformar o mundo. Buscando viver melhor, ser melhor, experimentando desde já outras possibilidades de me relacionar com as pessoas ao meu redor, de reconhecê-las e ser por elas reconhecida, de respeitar e proteger os bens comuns da humanidade, de viver no planeta e construir, agora, um futuro onde tod@s possamos ter futuro.

Acho que deveria ser uma questão de princípio da nossa organização em movimentos, que cada ativista, cada militante pudesse encontrar nestes espaços uma fonte de energia para criar, agir e ter iniciativa para mudar, viver melhor e ser livre. Penso que esta é também uma questão estratégica, afinal, é da força de cada uma e de todas juntas que as lutas se nutrem. E, dialeticamente, é nos coletivos que cada uma de nós se alimenta para superar a imensa fragilidade que a individualidade, desprovida de vínculos, nos imporia.

Nos nossos coletivos, nós feministas desenvolvemos um jeito de ser militante, ativista sobre o qual precisamos refletir, porque várias dimensões das nossas vidas foram sendo negligenciadas pelo nosso modo de agir e fazer política.

Nós falamos da ética do cuidado, de que o pessoal é político, mas os nossos movimentos ainda precisam construir essa via de mão dupla do pessoal para o coletivo e vice-versa. Quando damos tempo e espaço nos nossos grupos para cuidarmos umas das outras?, e cada uma de si própria?, que tempo dedicamos ao autocuidado e ao cuidado entre ativistas? Sem isso, em alguma medida, nos relegamos ao lugar que a ordem patriarcal e racista nos impôs: de existir em função dos outros, para cuidar de outros, inferior aos outros, indigna de receber cuidados (seja autocuidado ou cuidado entre iguais), porque trata-se de privilégio racista e obrigação das mulheres dos grupos racializados, que têm de sujeitar-se às tarefas desprezíveis e ignóbeis de cuidar de brancos.

Sabemos que a ordem patriarcal e racista exige das mulheres que sejamos cuidadoras, por dever ou imposição. Nesta ordem, não há autocuidado, se não for como mercadoria. Nem há reciprocidade no cuidado.

Cuidar de si mesma, cuidarmos umas das outras, deixarmo-nos ser cuidadas, retribuir o cuidado recebido; compartilhar as nossas emoções, os nossos achados na luta feminista e antirracista, as nossas dores e os caminhos para curá-las; valorizar o nosso saber e as nossas capacidades é algo fora da ordem. Diz respeito a nossa luta por autonomia pessoal e para garantir a nossa auto-organizaçao. E se sustenta em princípios éticos e políticos que nos são caríssimos, como a horizontalidade, a solidariedade e a reciprocidade.

No fim das contas, trata-se de realizarmos, nós mesmas, nos espaços que nós mesmas criamos, uma experiência que nos transforma e que pode transformar o mundo.

Guacira Cesar de Oliveira é socióloga, integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e da Coletiva Dinamizadora da Universidade Livre Feminista.